



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

8ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

08 de setembro de 2005

**BRASÍLIA-DF
2005**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

MINUTA

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ABERTURA - Aos oito e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Plenário "O Milton Visconde", do Conselho Nacional de Saúde, localizado no Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, na cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniram-se, em caráter ordinário, os seguintes representantes do governo federal e das entidades da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR): **Ubiratan Castro de Araújo** - Ministério da Cultura/Fundação Palmares; **Deborah Silva Santos** - Ministério da Educação; **Kelma Cruz** - Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Fábia Oliveira Martins de Souza** - Ministério do Planejamento; **Meyre France F. Leão** - Ministério dos Esportes; **Eunice Léa Moraes** - Ministério do Trabalho e Emprego; **Regina Adami** - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; **Ivanildo Franzosi** - Casa Civil da Presidência da República; **Luiz Antônio Nolasco** - Ministério da Saúde; **Sidnei Sousa Costa** - Secretaria Especial de Direitos Humanos; **Márcia Maria Adorno C. Ramos** - Ministério das Relações Exteriores; **Ronald Siqueira Barbosa** - ABERT - Associação Brasileira de Rádio e Televisão; **João Bosco Borba** - ANCEABRA - Associação Nacional de Empresários Empreendedores Afro-Brasileiros; **Eduardo Ferreira de Oliveira** - CNAB - Congresso Nacional Afro-Brasileiro, titular; **Emir Saleh Mourad** - COPAL - Confederação Árabe Palestino Brasileira; **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** - CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras, titular; **Sérgio Niskier**, suplente - CONIB - Confederação Israelita Brasileira; **Creuza Maria Oliveira** - FENATRAD - Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, titular **Rosa Maria Anacleto de França** - FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras, titular; **Deise Benedito Maria** - FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras, suplente; **Cristina Nascimento** - Instituto Ethos de Responsabilidade Social; **Everaldo Conceição Duarte** - INTECAB - Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira, titular; **Neide Aparecida Fonseca** - INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial; **João Carlos Pires de Souza** - APN - Agentes de Pastorais Negros, titular; **Maria Rosalina dos Santos** - CONAQ - Coordenação Nacional de Quilombos, titular; **Nelson Fernando Inocêncio** - ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, titular; **Kabengele Munanga** - Notório Saber; **Leci Brandão** - Notório Saber; e **Oliveira Silveira** - Notório Saber. Além disso, participaram da reunião os seguintes integrantes da SEPPIR; **Douglas Martins de Souza**, Secretário-Adjunto;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

32 João Carlos Nogueira, Subsecretário de Ações Afirmativas; Carlos Eduardo Trindade,
33 Subsecretário de Comunidades Tradicionais; Antonio Pinto, Subsecretário de Planejamento; Jorge
34 Carneiro, Diretor de Programas; Isabel Clavelin, Consultora de Comunicação; Luiz Fernando
35 Martins Silva, Ouvidor; Márcia Canário, Assessora Técnica/Ouvidoria. A Secretária-Executiva do
36 CNPIR, Oraidia Maria de Abreu, iniciou a sessão, cumprimentando os Conselheiros e demais
37 presentes à reunião. Primeiramente, informou que a Ministra da Secretaria Especial de Política de
38 Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Matilde Ribeiro, tivera um contratempo, mas estava a
39 caminho. Em seguida, falou sobre as dificuldades que a SEPPIR enfrentara para agendar a reunião
40 do CNPIR, por causa da impossibilidade de prestação de contas, em decorrência da falta de entrega
41 dos bilhetes de viagem, por parte dos conselheiros. Desse modo, apelou para que os bilhetes fossem
42 entregues, a fim de evitar novos problemas. Na sequência, passou a condução dos trabalhos à
43 Ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro, que, de início, submeteu à apreciação dos conselheiros a
44 pauta da reunião. Conselheiro João Carlos solicitou inversão de pauta, a fim de que a apreciação do
45 Regimento Interno do CNPIR fosse feita na manhã do segundo dia de reunião. Conselheiro Emir
46 Mourad disse que enviara documento à Secretaria-Executiva solicitando que a resolução sobre a
47 questão palestina, aprovada na I CONAPIR, fosse incluída na pauta da reunião. Assim, considerando
48 que a matéria não constava da pauta, solicitou espaço para apresentação da proposta. As sugestões
49 de pauta foram acatadas. Definido esse ponto, a Ministra da SEPPIR convidou o Diretor de
50 Programas, Jorge Carneiro, para a apresentação de quadro geral sobre a I CONAPIR. I CONAPIR –
51 Avaliação – O Diretor de Programas, Jorge Carneiro, apresentou dados consolidados da 1ª
52 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na perspectiva de subsidiar os conselheiros
53 na avaliação dos resultados da Conferência. De início, destacou que a Conferência contou com 2.823
54 participantes, sendo 1.019 delegados, 296 convidados, 178 observadores, 110 jornalistas, 240
55 artistas e 180 pessoas da equipe de apoio. Em relação às propostas, explicou que foram analisadas
56 1.085 e, desse total, 77 foram recusadas e 1.088 aprovadas, além de 25 moções aprovadas. A
57 respeito das delegações, destacou que a Conferência contou com a participação de 422
58 representantes do governo e 597 da sociedade civil, totalizando 1.019. Sobre o Governo, detalhou:
59 Municipal - 168; Estadual - 75; Federal - 106; e CNPIR. Sobre a sociedade civil, destacou: consulta
60 indígena - 48 delegados; consulta quilombola - 48; e Conferências Estaduais - 501. A respeito do
61 recorte de gênero, expôs: feminino - 522; masculino - 494; e transgênero - 3. A propósito das
62 autoridades governamentais nacionais, ressaltou que a Conferência contou com a presença do



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

63 Presidente da República, de Ministros de Estado, de Governadores, de Senadores da República, de
64 Deputados Federais e Estaduais, de Prefeitos, de Secretários Estaduais e Municipais e de
65 representantes do Poder Judiciário nas três esferas de Governo. Em relação às autoridades
66 internacionais, estiveram presentes: Senegal - Alta Comissária de Direitos Humanos e Paz;
67 Camarões - Ministro de Assuntos Sociais; Cuba - Vice-Primeiro-Ministro da Cultura; Chile - Governo
68 Federal; Palestina - Deputado Nacional; OEA - Presidente da Comissão Interamericana de Direitos
69 Humanos e Relator Especial para os Direitos dos Afro-descendentes e Combate à Discriminação; e
70 representantes de organismos internacionais - UNICEF, PNUD, UNESCO, OMS, OIT e ACNUR. No
71 que diz respeito à mobilização nacional, pertencimento étnico-racial, disse que merecia destaque a
72 participação dos principais grupos (negros, indígenas, amarelos e brancos) - quilombolas, religiosos
73 de matrizes africanas, mulheres negras, juventude negra, árabe-palestino, GLBTT, muçulmanos,
74 libaneses, judeus, ciganos, indígenas (48 etnias/povos), caboclos, asiáticos, japoneses, latino-
75 americanos, africanos, refugiados e imigrantes, poloneses e europeus. Em relação aos eventos,
76 lembrou que foi realizada uma consulta quilombola, com 150 participantes; uma consulta indígena,
77 com 150 participantes; uma audiência nacional cigana, com 50 participantes; uma reunião política de
78 religiosos de matriz africana, com 25 participantes; e uma reunião de mulheres negras, que teve
79 quinze participantes. Explicou que todos os eventos tiveram dimensão nacional e as consultas
80 quilombola e indígena contaram com representantes de cerca de 24 estados. A propósito das
81 Conferências Estaduais, detalhou a situação de cada Unidade da Federação - data da conferência e
82 delegação. Seguindo, apresentou os principais fatos ocorridos que mereciam destaques, sendo eles:
83 presença da Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, em todas as Conferências Estaduais; participante
84 da Conferência do Rio de Janeiro tem conhecimento da existência da SEPPIR; enfoque na questão
85 dos meninos e meninas em situação de rua na Conferência de Rondônia; estrangeiros refugiados
86 vivendo no Brasil são eleitos delegados, em Minas Gerais e São Paulo; presença de representantes
87 da Associação de Apoio a Detentos na Conferência de Roraima; Conferência sobre conflito fundiário
88 em Raposa Serra do Sol; participação de delegação rural (sem endereço e telefone) e destaque para
89 mulheres (comunidade quilombola do interior do Maranhão); religiões de matriz africana pautadas em
90 todas as Conferências; Estado mobiliza 100% dos municípios (Amapá e Sergipe); Conferência
91 Regional reúne três municípios, no Vale do Jequitinhonha, que possui o segundo menor PIB e grande
92 concentração de população negra e quilombola; índios organizam Conferência Estadual Indígena na
93 Bahia; cacique fez pronunciamento em língua materna, Guarani, no Espírito Santo (o Vice-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

94 Governador, que estava presente, assumiu o compromisso de o Guarani ser uma das línguas
95 lecionadas na Universidade Estadual); e participação dos Poderes Legislativo e Judiciário, com
96 destaque para a Bahia. Na seqüência, apresentou um quadro sobre a mobilização nacional, com
97 destaque para mobilização de 92.750 pessoas nas Conferências Estaduais, dos 27 Estados
98 Brasileiros e de 1.332 municípios, que corresponde a 24% do total dos municípios brasileiros (5.561).
99 Em seguida, a jornalista **Isabel Clavelin** e o assessor de comunicação da SEPPIR, **Cláudio**
100 **Eugênio**, apresentaram dados relativos à comunicação e mídia da Conferência. Segundo a jornalista,
101 a Conferência teve alcance de rádio de, pelo menos, 10% da população brasileira, considerando a
102 divulgação na "Voz do Brasil", que compreende um público de 180.000 ouvintes, em todo o Brasil e o
103 público estimado de 60 milhões de pessoas entre ouvintes, leitores, telespectadores e internautas.
104 Expôs, ainda, os principais destaques no que se refere à mídia e comunicação, sendo: cobertura de
105 veículos internacionais - BPC Brasil e África, TV Camarões, TV e Rádio Venezuela e Rádio ONU;
106 cobertura de todo o território nacional, com veículos de repercussão nacional e regional também da
107 Conferência Nacional; e mais de 5 mil acessos ao *site* da SEPPIR. Ressaltou que 60 milhões de
108 pessoas, o que corresponde a 1/3 da população brasileira, tiveram acesso a informações sobre a
109 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Diretor de Programas, **Jorge Carneiro**,
110 retomou a palavra para finalizar a apresentação. Concluiu apresentando os aspectos positivos e
111 negativos da Conferência, conforme avaliação dos coordenadores estaduais, sendo: **a)** aspectos
112 positivos: ampla mobilização; pioneirismo/marco histórico; unificação de movimentos; diversidade
113 étnico-racial; abordagem temática; e conjuntura desfavorável; e **b)** aspectos negativos: acolhimento
114 de delegados; credenciamento; hospedagem/alimentação; stand de governo; e conjuntura "versus"
115 mídia. Seguindo, o Sr. **Antônio Pinto** fez uma abordagem sobre a conjuntura com a qual a SEPPIR
116 teve que lidar na fase final de preparação da Conferência, sendo: início de crise política no governo;
117 dificuldade de captação de recursos; e processo de reforma ministerial. Em relação aos recursos,
118 explicou que, dos R\$ 4 milhões projetados para a realização da Conferência, obteve-se somente R\$
119 1,7, sendo que desse total, apenas 50% havia sido liberado até aquele momento. Além disso,
120 chamou a atenção para o número de hospedagens custeadas (quatrocentas a mais do que o
121 previsto) e de refeições (três mil) e dos gastos anteriores da SEPPIR (R\$ 2 milhões para as
122 Conferências Estaduais e R\$ 600 mil para a realização das audiências indígenas e ciganas). Avaliou
123 que, em face do cenário e da conjuntura, a I CONAPIR fora um sucesso. A Ministra da SEPPIR,
124 **Matilde Ribeiro**, informou que fora distribuída minuta do Relatório Final da I CONAPIR, sem as



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

125 propostas aprovadas na Conferência e com as moções. A propósito, disse que a intenção era criar
126 Grupo de Trabalho Interministerial, para finalizar o Relatório, detalhou que esse GT seria instituído
127 por Decreto Presidencial.. Prosseguindo, falou sobre os resultados da I CONAPIR, destacando que
128 significou um marco das relações étnico-raciais e atingiu direta e indiretamente 90 mil pessoas.
129 Ressaltou que a participação da SEPPIR em todas as conferências estaduais foi de extrema
130 importância para o fortalecimento das políticas locais, já que possibilitou a pactuação de acordos para
131 a elaboração de Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial e fortalecimento do Fórum
132 Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. Também elencou alguns resultados positivos
133 da I CONAPIR, dentre os quais se destacam: diálogo do poder público com a sociedade civil sobre
134 políticas de promoção da igualdade racial; presença da juventude negra na formulação de políticas
135 específicas; e intensa atuação das comunidades de mídia étnica. Contudo, reconheceu que houve
136 dificuldades, em especial, sobre questões relacionadas à infra-estrutura. De um modo geral, avaliou
137 que a I CONAPIR foi bem sucedida e, a partir daquele momento, seria necessário lutar pela
138 implementação das suas deliberações. Na sequência, abriu a palavra para considerações do Plenário
139 sobre a Conferência. Conselheira **Márcia Maria Adorno C. Ramos** solicitou que a moção nº 15, que
140 trata sobre a questão palestina, fosse retirada da minuta de Relatório da Conferência, já que o mérito
141 não havia sido aprovado na Conferência. Conselheiro **Emir Mourad** avaliou que a Conferência foi
142 efetiva, em face do orçamento disponível e do cenário político. Dentre os pontos positivos da
143 Conferência, disse que mereciam destaque: a aprovação de cerca de mil propostas; a presença do
144 Presidente da República, bem como de outras autoridades na solenidade de abertura; o discurso da
145 Conselheira **Leci Brandão**, representando o CNPIR; e a flexibilização do número de participantes.
146 Por outro lado, destacou como pontos negativos o fato de o Painel Internacional não ter sido
147 realizado no Itamaraty e a falta de cobertura da grande imprensa. Também reiterou o pedido de
148 exclusão da moção nº 15 do Relatório, já que o seu conteúdo estava contemplado na resolução sobre
149 a questão palestina. Conselheira **Eunice Léa Moraes** registrou que a Conferência constitui-se em um
150 marco das relações étnico-raciais e nada poderia tirar a sua grandeza. Contudo, disse que seria
151 necessário lutar para garantir a implementação das suas deliberações. Conselheira **Deise Benedito**
152 manifestou preocupação com o fato de o documento não ter contemplado, no item relativo a direitos
153 humanos e segurança pública, as garantias mínimas dos presos. Além disso, destacou que moção de
154 apoio à criação de Defensoria Pública de São Paulo não contava dentre as explicitadas no Relatório.
155 Conselheiro **Eduardo de Oliveira** fez uso da palavra para registrar a sua satisfação com a realização



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

156 da I CONAPIR, por entender que contribuiu para reverter a ótica 'do poder nas mãos dos detentores
157 do capital'. Conselheira **Rosa Maria de França** avaliou que a I CONAPIR cumpriu o seu objetivo, já
158 que possibilitou o debate entre os representantes de vários segmentos raciais sobre a promoção da
159 igualdade racial. Além disso, salientou a necessidade de os conselheiros enviarem contribuições à
160 minuta de Relatório Final para aperfeiçoá-lo. Por fim, registrou crítica no que diz respeito à
161 centralização das ações concernentes à Conferência na SEPPIR, por entender que isso prejudicou a
162 Conferência. Conselheira **Leci Brandão** manifestou a sua satisfação por ter sido indicada para falar,
163 em nome do CNPIR, na solenidade de abertura da Conferência. Disse que, por conta do seu
164 discurso, recebeu convites para proferir palestras em vários eventos sobre a questão das cotas para
165 negros nas Universidades. Por outro lado, manifestou a sua indignação com o fato de a grande mídia
166 não ter coberto a Conferência, apesar do esforço e do trabalho da equipe de comunicação. Por fim,
167 perguntou se os órgãos do governo haviam tomado providências em relação ao hotel cuja direção foi
168 acusada de comportamento racista. A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, comentou as
169 intervenções, destacando que o Relatório Final da Conferência, tão logo fosse revisado, seria
170 disponibilizado na internet e enviado aos conselheiros, na perspectiva de receber contribuições. Sr.
171 **Antônio Pinto** aproveitou a oportunidade para convidar os conselheiros a participarem do
172 lançamento do projeto "Heróis de Todo Mundo" que ocorreria no dia 21 de setembro de 2005, no Rio
173 de Janeiro. Devido ao adiantado da hora, o Plenário decidiu suspender os trabalhos e continuar a
174 avaliação dos resultados da Conferência após o intervalo para o almoço. Retomando a sessão, a
175 Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, abriu a palavra aos conselheiros inscritos
176 para avaliar os resultados da Conferência. Conselheiro **Luiz Antônio Nolasco**, de início, parabenizou
177 a SEPPIR pela coragem de manter a Conferência, apesar dos empecilhos e dificuldades. Disse que
178 era preciso refletir sobre as críticas ao processo e pensar na 2ª Conferência Nacional de Promoção
179 da Igualdade Racial. Contudo, lamentou o fato de ter sido aprovada moção de repúdio à Funasa e o
180 fato de o Dr. **Alexandre Padilha**, ter sido acusado de omissão perante a morte de indígenas do povo
181 Atikum e Pankararu/PE. A propósito, distribuiu cópia da carta de despedida do ex-Diretor do DSAI/MS
182 e destacou o compromisso do mesmo com a saúde dos povos indígenas. Conselheiro **Flávio Jorge**
183 afirmou que a Conferência foi de extrema importância já que permitiu o diálogo entre árabes,
184 palestinos e judeus e possibilitou o estreitamento das relações entre o movimento negro. Além disso,
185 acrescentou que a I CONAPIR poderia mudar os rumos do Estado Brasileiro. Nessa linha, salientou a
186 necessidade de definir novas estratégias de combate ao racismo, a partir das deliberações da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

187 Conferência. Conselheira **Maria Cristina** chamou a atenção para a necessidade de definição de
188 estratégias voltadas a sensibilizar a grande mídia sobre a importância da causa da promoção da
189 igualdade racial e inclusão das pessoas discriminadas no mercado de trabalho. Conselheiro **João**
190 **Carlos** disse ser importante definir ações voltadas aos municípios onde se concentrava a população
191 negra. Conselheiro **Ronald Siqueira Barbosa** solicitou à Secretaria que apresentasse aos
192 conselheiros um relatório com detalhamento dos gastos relativos à Conferência. Concluída a etapa
193 de avaliação, a Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, elencou os pontos que necessitavam de
194 encaminhamento do Plenário, sendo: 1) Formação de GT Interministerial para elaborar o Plano
195 Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), em consonância com as propostas oriundas da I
196 CONAPIR; 2) constituição de GT para acompanhar a elaboração dos Planos Estaduais de Promoção
197 da Igualdade Racial; 3) Moções da I CONAPIR; Detalhou a proposta de instituir GT Interministerial
198 para elaborar o PNPIR. Explicou que o Grupo seria instituído por Decreto Presidencial e teria doze
199 membros, representando a Casa Civil; o Ministério da Cultura; o Ministério da Educação; o Ministério
200 da Justiça; o Ministério das Relações Exteriores; o Ministério do Combate à Fome; o Ministério do
201 Desenvolvimento Agrário; o Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Políticas para
202 as Mulheres. Destacou que a coordenação do GT seria feita pela SEPPIR, tendo sido indicados os
203 seguintes nomes: **Maria Inês Barbosa**; **Jorge Carneiro**; e **Oraida Maria de Abreu**. Acrescentou que
204 o GT utilizaria como subsídio de trabalho o Relatório da I CONAPIR que seria concluído até o dia 20
205 de setembro de 2005. Feita essa apresentação, abriu a palavra para indicação dos representantes do
206 CNPIR que iriam compor o GT. **Após debate, chegou-se aos seguintes nomes para representar a**
207 **sociedade civil (CNPIR) no Grupo: Ronald Siqueira Barbosa (titular); e João Bosco (suplente)**.
208 O prazo para a execução da tarefa será definido pelo GT, ainda que o desejável fosse a conclusão do
209 Plano até o mês de novembro de 2005. Seguindo, a Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, passou a
210 falar sobre o GT Intergovernamental que faria o acompanhamento dos grupos executivos
211 responsáveis por elaborar os Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial. Destacou que,
212 dentre outras ações, o GT promoveria reunião com a coordenação dos grupos executivos, em
213 meados do mês de outubro de 2005 e atividade de capacitação e monitoramento para elaboração
214 dos planos estaduais. Disse que o GT seria coordenado pelos representantes da SEPPIR **Sandra**
215 **Teixeira**, **João Carlos Nogueira** e **Maria Inês Barbosa**. O prazo para a execução da tarefa será
216 definido pelo GT, ainda que o desejável fosse a conclusão dos Planos Estaduais até o mês de
217 novembro de 2005. Continuando, o coordenador da Subsecretaria de Comunidades Tradicionais,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

218 **Carlos Eduardo Trindade**, procedeu à apresentação das propostas da SEPPIR, em parceria com
219 outros órgãos de governo, para a população negra, povos indígenas, ciganos e religiosos de matriz
220 africana. Em relação ao grupo indígena, destacou que a Ministra da SEPPIR recebeu representantes
221 de entidades indígenas, que não possuíam representação no CNPIR, que registraram discordância
222 em relação aos encaminhamentos propostos pelos conselheiros do CNPIR, representantes dos
223 grupos indígena, na Conferência. Diante disso, explicou que foi definida agenda de trabalho voltada à
224 população indígena, com destaque para as seguintes ações: a) reunião com os órgãos
225 governamentais que participaram da consulta indígena e, posteriormente, reunião com as várias
226 representações indígenas; e b) discussão com os órgãos do governo federal e representações
227 indígenas durante os Jogos Indígenas, que acontecerá de 15 a 22 de outubro de 2005, em
228 Fortaleza/CE, com possibilidade de ser realizado, ainda, um fórum social indígena. Explicou que
229 esses eventos possibilitariam aprofundar o debate sobre as questões relacionadas aos povos
230 indígenas. Destacou que seriam envolvidos nessas ações os Ministérios dos Esportes, da Educação,
231 da Cultura, do Meio Ambiente, da Saúde, além da FUNASA e da FUNAI. A Ministra da SEPPIR,
232 **Matilde Ribeiro**, acrescentou que desde o início de sua gestão foram formados diferentes grupos de
233 trabalho para tratar sobre a questão dos povos indígenas. Disse que representantes dessa população
234 apontaram antes e durante a I CONAPIR a discordância entre os vários fóruns encaminhados pelo
235 Governo, o que incentivou a SEPPIR a definir propostas voltadas para esse grupo. Contudo, lembrou
236 que o papel da Secretaria, no que se refere à política para os povos indígenas, era de diálogo e de
237 encaminhamento de questões concernentes à inclusão e cidadania as quais tinham relação com a
238 agenda de promoção da igualdade racial. Continuando, o coordenador da Subsecretaria de
239 Comunidades Tradicionais, **Carlos Eduardo Trindade**, falou sobre as ações voltadas aos seguidores
240 das religiões de matriz africana. Disse que a intenção era realizar dois seminários para aprofundar o
241 debate sobre as políticas públicas voltadas às comunidades de terreiro que sustentam os praticantes
242 das religiões de matriz africana. O primeiro, no dia 13 de outubro de 2005, em São Paulo e o
243 segundo, no dia 25 ou 26 de outubro de 2005, em Salvador. Além disso, disse que estava sendo
244 verificada a possibilidade de realização de um terceiro seminário. Explicou que estavam envolvidos
245 nessa iniciativa o Ministério Público Federal, o MEC, a Secretaria de Direitos Humanos e outros
246 órgãos Federais que participaram da consulta dos religiosos de matriz africana, realizada antes da I
247 CONAPIR. A propósito da população cigana, informou que na reunião com os órgãos federais foi
248 construída uma agenda de trabalho e, conforme debatido na consulta cigana, a estratégia de ação, a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

249 ser utilizada, seria visita técnica às comunidades. Detalhou que estavam previstas visitas aos
250 seguintes locais: Município de Trindade/Goiás, que tem uma das maiores concentrações de ciganos
251 do Centro-Oeste (cerca de quatro mil pessoas), dia 30 de setembro de 2005; Município de Souza, na
252 Paraíba; e Curitiba. Ressaltou que, apesar das dificuldades, os órgãos diretamente ligados a essa
253 temática assumiram o desafio de incluir as populações ciganas no universo das políticas públicas.
254 Além disso, destacou que vários órgãos de governo definiram ações a serem implementadas no
255 segundo semestre de 2005 e primeiro semestre de 2006, dentre as quais se destacam: MEC -
256 alfabetização de jovens e adultos; Ministério da Cultura - criação de um grupo de trabalho cigano e
257 elaboração de vídeo ou filme sobre a cultura cigana; Ministério de Desenvolvimento social -
258 distribuição de cestas básicas para as comunidades ciganas (medida emergencial); Ministério das
259 Cidades – discussão sobre a proposta de construção de casas, levando-se em consideração a cultura
260 nômade dos ciganos; Ministério da Previdência – promoção de curso de educação previdenciária;
261 Ministério do Trabalho – realização de palestras e debates sobre a questão do emprego; e Ministério
262 da Saúde - capacitação dos agentes comunitários de saúde para atender a população cigana.
263 Finalizando, disse que o principal desafio era definir estratégias que possibilitassem a inclusão destes
264 grupos nas políticas públicas. Os conselheiros ratificaram as ações propostas. Definido esse ponto,
265 foi iniciada a discussão da proposta de resolução, de autoria do Conselheiro **Emir Mourad**, que
266 dispõe sobre a criação de comissão permanente para zelar do cumprimento da Resolução sobre a
267 questão palestina, aprovada na I CONAPIR. O conselheiro apresentou a sua proposta, que pode ser
268 resumida como se segue: **a)** composição da comissão - um representante da SEPPIR; um
269 representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; e um representante do Ministério das
270 Relações Exteriores; **b)** objetivo geral da comissão – zelar pelo cumprimento da Resolução sobre a
271 questão palestina, aprovada pela plenária final da I CONAPIR, monitorando as violações dos direitos
272 humanos nos territórios palestinos ocupados por Israel; e **c)** objetivos específicos da comissão –
273 definir quais os acordos, convenções e estatutos que o Brasil é signatário e que irão indicar e
274 sustentar os objetos, situações e ações de monitoramento; definir a região geográfica a ser
275 monitorada e o método de monitoramento; definir os critérios de composição da delegação e o
276 método para o monitoramento e apresentar proposta completa de composição; definir os fóruns
277 nacionais e internacionais para remeter o relatório final da delegação brasileira de monitoramento da
278 situação dos direitos humanos da população palestina nos territórios ocupados por Israel; definir as
279 estratégias de intervenção direta da delegação brasileira de monitoramento nos territórios nacionais e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

internacionais ocupados por Israel. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações sobre a proposta. A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, a princípio, destacou que o acordo firmado entre as instituições que tratam da questão árabe e palestina, durante a I CONAPIR, representava um avanço. Contudo, lembrou que o papel da SEPPIR, em relação à essa temática, era de assessorar o Ministério das Relações Exteriores e monitorar declarações e instrumentos construídos a partir da relação governo/sociedade civil, dentro da dimensão internacional, sendo de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, em consonância com a Presidência da República as negociações e definição de acordos e tratados Estado-Estado. Por fim, considerou importante definir um espaço para debate e definição de estratégias conjuntas entre a sociedade civil e o Governo sobre a temática, contudo, sugeriu que isso fosse feito por meio de um grupo de trabalho e não de uma comissão com caráter permanente. Conselheira **Márcia Maria Adorno C. Ramos** explicou que a resolução sobre a questão palestina, cujo mérito fora acordado durante a Conferência, não previa a criação de nenhum tipo grupo de trabalho (permanente ou não). Destacou que a proposta de monitoramento das violações dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados por Israel era inovadora, contudo, o monitoramento deveria ser feito pelas entidades da sociedade civil, com o acompanhamento do governo brasileiro. Além disso, destacou que, em termos de política externa, o Ministério das Relações Exteriores não possuía nenhuma política de monitoramento *in loco* da situação dos territórios palestinos ocupados por Israel. Conselheiro **Kabengele Munanga** ponderou sobre a viabilidade da proposta, uma vez que a comissão permanente necessitaria de grande volume de recursos para poder atuar já que se propunha a monitorar a situação *in loco*. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte**, dada a complexidade do assunto, sugeriu que fosse reservado espaço na pauta do segundo dia de reunião para que os conselheiros pudessem avaliar com maior profundidade o mérito da proposta e manifestar-se a respeito. Após essas considerações, Conselheiro **Emir Mourad** disse que, apesar de não estar explícita no texto, a criação de grupo de trabalho era previsível e inevitável, na perspectiva de viabilizar a Resolução. Destacou que o Itamaraty e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos também eram responsáveis pelo acompanhamento, processamento e monitoramento da situação, junto com a sociedade civil. Concordeu com a ponderação da Ministra de que a comissão não deveria ter caráter permanente e, nesse sentido, defendeu que fosse constituída, assegurando-lhe o prazo de 90 dias, inclusive, para definição do que seria o acompanhamento. Após considerações, o Plenário decidiu suspender o debate e reservar espaço na pauta do segundo dia de reunião para discutir o mérito da proposta



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

311 apresentada pelo Conselheiro Emir Mourad, com ênfase na definição dos papéis do governo e
312 da sociedade civil na implementação da resolução sobre a questão palestina. Definido esse
313 ponto, a Ministra da SEPPIR passou ao último item da pauta do primeiro dia de reunião.
314 **APRESENTAÇÃO DE VÍDEOS SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA** – A pesquisadora **Fernanda**
315 **Lopes** apresentou dois vídeos sobre a saúde da população negra: o primeiro sobre o quesito cor e o
316 outro chamado “Promovendo a equidade na atenção à saúde”. Os dois produtos são parte do
317 trabalho do Programa de Combate ao Racismo Institucional, que consiste em uma iniciativa do
318 governo britânico, em parceria com o governo brasileiro e com a sociedade civil, que tem por objetivo
319 apoiar o setor público no desenvolvimento de políticas de redução das desigualdades raciais, com
320 base nas relações desiguais de negros e brancos, bem como fortalecer a sociedade civil e ampliar a
321 participação e o Controle Social. Concluídas as apresentações dos vídeos, a Secretária-Executiva do
322 CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, encerrou os trabalhos do primeiro dia de reunião. A Ministra da
323 SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, procedeu à abertura dos trabalhos do segundo dia de reunião com breves
324 considerações sobre os pontos discutidos no dia anterior. Em seguida, apresentou nova proposta de
325 pauta para aquele dia de reunião, elaborada a partir das sugestões do Plenário. Não havendo
326 destaques, a nova proposta de pauta foi aprovada. Também informou o Plenário que ela e o
327 Secretário-Adjunto da SEPPIR, **Douglas Martins de Souza**, não poderiam participar da reunião no
328 período da tarde, por conta de compromissos previamente assumidos. Na sequência, passou à
329 discussão do primeiro item da pauta. **ENCAMINHAMENTOS PÓS-CONFERÊNCIA** - Iniciando, a
330 Ministra da SEPPIR explicou que esse item foi pautado para possibilitar a apreciação da proposta de
331 resolução, de autoria do Conselheiro **Emir Mourad**, que dispõe sobre a criação de comissão
332 permanente para zelar do cumprimento da Resolução sobre a questão palestina, aprovada na I
333 CONAPIR, monitorando as violações dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados por
334 Israel. Feita essa consideração, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, fez a
335 leitura da proposta de resolução para que o Plenário entendesse com maior clareza o seu conteúdo.
336 A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, destacou os principais pontos da proposta de resolução e
337 propôs que o debate fosse voltado à definição das atribuições da Comissão (monitorar e
338 acompanhar) e do papel da sociedade civil e governo nesse processo. Também reiterou que era
339 contrária à proposta de a comissão ter caráter permanente. Feitas essas considerações, abriu a
340 palavra para manifestações do plenário. Conselheira **Márcia Maria Adorno C. Ramos** colocou-se à
341 disposição para apresentar, na próxima reunião do CNPIR, o posicionamento do Brasil no que diz



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

342 respeito à questão palestina. Além disso, afirmou que o Itamaraty estava aberto para tratar sobre a
343 questão. Conselheiro **Emir Mourad** retificou que a comissão não seria permanente, já que teria o
344 prazo de 90 dias para definir, inclusive, o que se entendia pela atribuição de 'monitoramento'. Além
345 disso, enfatizou que os atores que participaram do acordo firmado durante a I CONAPIR também
346 deveriam ser responsáveis pela proposta. Conselheiro **Sérgio Niskier** explicou que a Confederação
347 Israelita Brasileira era contra o mérito da moção/resolução sobre a questão palestina, mas decidiu
348 acatá-la para não trazer a questão do Oriente Médio à discussão naquele momento. A Ministra da
349 SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, disse que era preciso definir se a comissão seria composta por entidades
350 da sociedade civil, com o apoio do governo ou vice-versa. Conselheira **Márcia Maria Adorno C.**
351 **Ramos** sugeriu à sociedade civil que estruturasse a comissão e a partir daí o governo definisse a
352 melhor forma de encaminhá-la. Em contraposição, Conselheiro **Emir Mourad** propôs que os entes do
353 governo participes do acordo firmado na I CONAPIR elaborassem nova proposta para o cumprimento
354 da resolução sobre a questão palestina, com base na sua proposta, a fim de ser apreciada na
355 próxima reunião do CNPIR. Conselheiro **Sérgio Niskier** defendeu que os representantes da
356 sociedade se reunissem para elaborar proposta a ser apresentada ao governo. **Após ponderações**
357 **do plenário, Conselheiro Emir Mourad retirou a proposta e solicitou prazo para reformulá-la, a**
358 **partir das considerações dos conselheiros, inclusive com a definição clara do que se entendia**
359 **por 'acompanhar'. Nessa linha, solicitou outras contribuições dos conselheiros e que o tema**
360 **fosse pautado na próxima reunião do CNPIR. O encaminhamento proposto pelo Conselheiro**
361 **foi aprovado por aclamação. PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DO CNPIR – A Ministra da**
362 **SEPPIR, Matilde Ribeiro, informou que a proposta de Regimento Interno foi encaminhada para**
363 **análise da equipe técnica da Casa Civil que, por sua vez, ofereceu uma série de sugestões para**
364 **aperfeiçoamento do texto. A partir da análise das sugestões apresentadas, algumas alterações foram**
365 **prontamente incorporadas ao texto, ao passo que outras demandam novas considerações por parte**
366 **dos órgãos envolvidos na elaboração do Regimento. Além disso, disse que o teor geral do documento**
367 **passara por revisão, a fim de ser aprimorado. Feitos esses esclarecimentos iniciais, o ouvidor da**
368 **SEPPIR, Luiz Fernando Martins Silva, submeteu à apreciação do Plenário a proposta de Regimento**
369 **Interno, com destaque para as alterações sugeridas pela Casa Civil. Foram acatadas as sugestões**
370 **dos Conselheiros relativas à forma do texto. O Regimento Interno aguarda parecer conclusivo**
371 **da Casa Civil para posterior publicação. INFORME SOBRE O FUNCIONAMENTO DA**
372 **OUVIDORIA – O ouvidor da SEPPIR, Luiz Fernando Martins Silva, falou sobre as atividades da**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

373 Ouvidoria da SEPPIR, com destaque para as ações no caso de racismo na internet (página do Orkut);
374 e racismo institucional. Em relação ao caso de racismo na internet, explicou que um aluno da
375 Universidade de Brasília divulgou página racista sobre as cotas para negros nas Universidades. Disse
376 que, ao tomar conhecimento do caso, a Secretaria tomou várias providências, inclusive acionou o
377 Ministério Público, o que resultou na identificação do aluno – o qual será denunciado - e na
378 apreensão do seu computador. Sobre o racismo institucional, informou que a Secretaria recebeu
379 várias denúncias e propôs ao Ministério Público a investigação desse tipo de racismo nos hotéis e
380 bares de Brasília. Além disso, destacou que seria verificada a possibilidade de acordo com a rede de
381 hotelaria, bares e restaurantes para a realização de curso sobre racismo institucional nesses locais.
382 Feita a apresentação, foi aberta a palavra para considerações dos conselheiros. Conselheira **Neide**
383 **Aparecida Fonseca** solicitou que a ouvidoria mantivesse os conselheiros informados de seus
384 trabalhos, com envio de resumos mensais de suas atividades. Conselheira **Maria Rosalina dos**
385 **Santos** falou sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais do Município de Queimada
386 Nova, no Piauí e, a propósito, denunciou o caso da comunidade de Subidouro que estava sendo
387 pressionada a ceder a água que abastecia toda a comunidade para a cidade. Disse que a
388 comunidade não tinha acesso a meios de comunicação e, desse modo, perguntou se a ouvidoria
389 poderia intervir nesse caso e outros que envolviam as comunidades quilombolas. Em resposta, o
390 ouvidor da SEPPIR, **Luiz Fernando M. Silva**, informou que estavam sendo tomadas providências em
391 relação aos casos das comunidades quilombolas. Nesse sentido, solicitou à conselheira que
392 encaminhasse formalmente a denúncia para a Ouvidoria, a fim de serem tomadas as devidas
393 providências. Conselheira **Deborah Silva Santos** sugeriu que a SEPPIR, a exemplo do Ministério do
394 Turismo, promovesse capacitação voltada à promoção da igualdade racial. A propósito, denunciou o
395 caso de hotel, localizado entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que, sob a justificativa de
396 ter um estilo rústico, obrigava os funcionários a vestir-se como escravos. Conselheira **Regina Adami**
397 sugeriu que houvesse um *link* na página da SEPPIR detalhando o trabalho da Ouvidoria. Além disso,
398 propôs que, no caso das comunidades rurais, a ouvidoria trabalhasse com denúncias verbais. Diante
399 dessas considerações, o ouvidor da SEPPIR, **Luiz Fernando Silva**, informou que estava elaborando
400 um banco de dados das denúncias, o qual poderia servir de base ao CNPIR para proposição de
401 políticas de combate à discriminação racial. Além disso, destacou que a SEPPIR, em parceria com
402 outros órgãos de governo, estava definindo estratégias macros para atuar nos casos de denúncias de
403 preconceito. A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, destacou a importância da reestruturação da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

404 Ouvidoria e afirmou que o maior desafio seria, além de atender as demandas, ter a capacidade de
405 refletir sobre os desafios de implementar as políticas e ações. O Secretário-Adjunto da SEPPIR,
406 **Douglas Martins de Souza**, ressaltou a importância de os conselheiros indicarem os casos
407 exemplares que precisavam ser tratados pela SEPPIR, por intermédio da Ouvidoria. Conselheiro
408 **João Carlos** citou o caso da propaganda do sabonete Dove que, apesar de ter como slogan “para
409 todas as mulheres”, não mostra mulheres negras e orientais. Na sequência, foi aberta a palavra para
410 apresentação de informes sobre a II Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente e a Conferência
411 das Américas. **II CONFERÊNCIA INFANTO-JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE** – A gerente de
412 projetos (SUBAA), **Denise Pacheco**, apresentou informe sobre a II Conferência Nacional Infanto-
413 juvenil pelo Meio Ambiente, que acontecerá em Brasília, de 5 a 9 de dezembro de 2005 e contará
414 com a presença de 700 delegados de todos os Estados, além de observadores internacionais.
415 Explicou que, além da Conferência Nacional, seriam realizadas conferências nas escolas públicas e
416 privadas do segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Ressaltou que também seriam
417 promovidas conferências nas comunidades indígenas, quilombolas, nos assentamentos rurais e com
418 meninos em situação de rua, o que possibilitaria trazer para o evento nacional um olhar da
419 diversidade. Destacou que a Conferência abordaria temas desafiadores e urgentes como mudanças
420 climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial a partir de
421 debates sobre acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Disse que a Conferência teria
422 como resultado final a Carta das Responsabilidades que, transformada em linguagem de rádio, vídeo,
423 jornal e multimídia, mostraria o compromisso dos jovens com a promoção de um Brasil sustentável,
424 equitativo, com justiça social e qualidade de vida. Destacou, ainda, que a comissão orientadora
425 nacional era composta por instituições governamentais e não-governamentais de abrangência
426 nacional nas áreas de educação, meio ambiente e diversidade, dentre elas, a SEPPIR. Finalizando,
427 disse que seria possível obter maiores informações com a Coordenação Geral de Educação
428 Ambiental/MEC, pelo telefone 0800-616161 e pelos endereços conferenciainfanto@mec.gov.br e
429 www.mec.gov.br/conferenciainfanto. **CONFERÊNCIA DAS AMÉRICAS** – O Secretário-Adjunto da
430 SEPPIR, **Douglas Martins**, apresentou informe sobre a Conferência das Américas que estava
431 prevista para ser realizada em dezembro de 2005. Disse que a Conferência teria um formato distinto
432 das anteriores, já que teria como participantes representantes dos 34 Estados do Continente
433 Americano e da sociedade civil (sendo um de cada estado para dois da sociedade civil, totalizando
434 cerca de cem participantes). Explicou que no evento seria feita avaliação das políticas de promoção



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

435 da igualdade racial e combate ao racismo e, para isso, o IPEA apresentaria avaliação das políticas do
436 Brasil nessa área e o CEPAL avaliaria as políticas dos 34 Estados do Continente Americano.
437 Informou, ainda, que a Conferência teria o custo médio de R\$ 7,3 milhões e, por isso, o comitê
438 internacional, designado para organizar a Conferência, se reuniria com representantes da
439 Organização de Direitos Humanos (ONU), em Genebra, para negociar a disponibilização de recursos
440 para custeio das despesas com infra-estrutura. Explicou que, caso a resposta da ONU fosse
441 negativa, a data da Conferência poderia ser modificada, por falta de recursos para custeá-la. A
442 Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, sugeriu que o tema fosse incluído na pauta da próxima
443 reunião. Na sequência, Conselheiro **Luiz Nolasco** fez uso da palavra para comunicar que a Diretora
444 do Departamento de Gestão Estratégica e Participativa/MS, **Ana Costa**, passaria a ser a
445 representante do Ministério da Saúde no CNPIR, na condição de titular. Além disso, comunicou a
446 distribuição de material aos conselheiros, dentre eles, cópia do item do orçamento da saúde voltado
447 para atenção à saúde da população negra. A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, informou que não
448 poderia participar dos trabalhos da tarde, por conta de compromissos previamente definidos. Em
449 seguida, encerrou os trabalhos da manhã do segundo dia de reunião. Retomando os trabalhos, a
450 Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, reiterou a solicitação de que os
451 conselheiros entregassem o ticket de passagem e assinassem o livro de presença. Além disso,
452 justificou a ausência dos seguintes conselheiros: **Azelene Inácio Kaingáng**; **Mônica Oliveira**; e
453 **Anita Schuartz**. Também solicitou que constasse em ata que não havia recebido o e-mail do
454 Conselheiro **Claúdio Domingos Iovanovitchi**, contendo documento a ser reproduzido e distribuído
455 aos conselheiros, conforme solicitação do referido Conselheiro. Informou ainda, que o aludido
456 documento, tão logo fosse acessado, seria enviado a todos os Conselheiros por meio eletrônico. Em
457 seguida, passou a condução dos trabalhos para o Subsecretário de Ações Afirmativas, **João Carlos**
458 **Nogueira**. **APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS EMPREGADOS**
459 **DOMÉSTICOS** – O Subsecretário de Ações Afirmativas, **João Carlos Nogueira**, convidou para
460 compor a mesa as seguintes conselheiras: **Neide Aparecida Fonseca**; **Creuza Maria Oliveira**; e
461 **Eunice L. Moraes**. Em seguida, passou a apresentação do Plano de Ações Afirmativas para os
462 Empregados Domésticos, com destaque para os seguintes eixos: contexto; políticas do Ministério do
463 Trabalho; Programa de Qualificação Social e Profissional; ações para construção do plano; trabalho
464 doméstico cidadão (trabalho, gênero e raça); e políticas públicas. Detalhou que o trabalho doméstico
465 cidadão possuía três subprojetos, sendo: 1- Qualificação profissional, com elevação da escolaridade;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

466 2 – Fortalecimento da Organização e Representatividade das Trabalhadoras Domésticas; e 3 –
467 Elaboração/Intervenção nas Políticas Públicas. Disse que o Plano fora consolidado entre os vários
468 parceiros e seria lançado no dia 21 de setembro de 2005, caso houvesse materialização dos
469 convênios. Conselheira **Creuza Maria Oliveira** acrescentou que o Plano de Ações Afirmativas para
470 os Empregados Domésticos era resultado de ampla discussão e constituía-se em uma iniciativa
471 voltada à valorização da profissão de empregado doméstico. Além disso, solicitou o apoio dos
472 conselheiros e de suas entidades para incentivar os trabalhadores domésticos a fazerem o curso de
473 cidadania plena. Conselheira **Neide Aparecida Fonseca** manifestou sua satisfação em ter sido
474 convidada a participar do projeto e reiterou a necessidade de valorizar o trabalho doméstico.
475 Conselheira **Eunice Léa Moraes** disse que a intenção era transformar o projeto em política pública e,
476 nessa linha, solicitou o apoio das entidades que compõem o CNPIR. Conselheiro **Oliveira Silveira**
477 parabenizou a SEPPIR pela iniciativa, por entender que contribuiria para acabar com a concepção
478 “escravocrata” da profissão. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** salientou a necessidade de
479 definir melhor nomenclatura para a categoria profissional dos empregados domésticos. Concluído
480 esse ponto, foi iniciada a apresentação sobre os Objetivos do Milênio. **OBJETIVOS DE**
481 **DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO** – A Senhora **Marielza Oliveira (PNUD)**, fez uma breve
482 apresentação sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e o Prêmio ODM Brasil.
483 Explicou que, durante a cúpula do milênio, realizada na Cidade de Nova Iorque, em 2000, líderes de
484 189 países assinaram a Declaração do Milênio, que oficializou o pacto para priorizar a eliminação da
485 fome e da extrema pobreza no planeta até 2015. Para isso, foram estabelecidos os Objetivos de
486 Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo eles: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação
487 básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a
488 mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde da gestante; 6) combater a AIDS, a malária e outras
489 doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) todo mundo trabalhando pelo meio
490 ambiente. Em relação ao Prêmio ODM Brasil, disse que se constituía em uma iniciativa do
491 Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em parceria com o Governo federal e o
492 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo por metas incentivar, valorizar
493 e dar maior visibilidade a práticas que contribuam para alcançar os ODMs, desenvolver um banco de
494 práticas bem-sucedidas, que seja referência de política pública para a sociedade e os governos e
495 reconhecer publicamente os esforços em favor dos ODMs. Nesse sentido, serão premiados governos
496 municipais, organizações (órgãos públicos, setor privado, organizações da sociedade civil,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

universidades e fundações públicas e privadas) e destaques (indivíduos e qualquer entidade pública ou privada). Disse que as inscrições e indicações poderiam ser feitas até o dia 7 de outubro de 2005 pelo portal do prêmio www.odmbrasil.org.br ou pelo correio. Finalizando, disse que a entrega do prêmio seria feita pelo Presidente da República, no dia 15 de dezembro de 2005, em solenidade a ser realizada no Palácio do Planalto, em Brasília. Conselheira **Regina Adami** fez uso da palavra para manifestar a sua preocupação com o fato de os ODMs não contemplarem as metas relativas ao combate ao racismo e à saúde das mulheres. Em resposta, a Senhora **Marielza Oliveira**, explicou que as duas questões perpassavam os oito Objetivos, que estavam ligados a dezoito metas e 48 indicadores. Além disso, destacou a intenção do governo federal de consultar a sociedade civil visando à adaptação dos Objetivos, metas e indicadores. Acrescentou, ainda, que no mês de novembro de 2005 seria lançado material sobre os eixos temáticos: violência, pobreza e racismo. Por fim, solicitou aos conselheiros o envio de sugestões aos Objetivos. Concluído esse ponto, foi iniciada a apresentação do último item da pauta. **CONTROLE SOCIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - Experiências e perspectivas do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) 2003/2005** – A consultora da SEPPIR, **Maraísa de Fátima Almeida**, apresentou a proposta de Projeto sobre Controle Social e Promoção da Igualdade Social, que teria por objetivos elaborar subsídios para a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e fortalecer canais institucionais de Controle Social. Explicou que o projeto seria composto por duas etapas, a primeira constituída por pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas. A segunda, por encontros, como seminário com o CNPIR e com o FIPPIR. Destacou que os resultados do projeto seriam divulgados no formato de uma publicação. Conselheiro **Flávio Jorge** ponderou se “controle social e promoção da igualdade racial” seria o nome mais adequado para o programa que se propunha a contribuir para tornar a política de promoção da igualdade racial mais efetiva. Conselheira **Regina Adami** perguntou qual seria o custo do projeto. A consultora da SEPPIR, **Maraísa de Fátima Almeida**, informou que o projeto custaria R\$ 250 mil. Diante dessa informação, Conselheira **Regina Adami** solicitou que os conselheiros avaliassem com cuidado a viabilidade do projeto. A proposta foi acatada. Concluído esse ponto, foi aberta a palavra para outros informes e encaminhamentos gerais. *Informe* - Conselheiro **Flávio Jorge** comunicou que no dia 22 de novembro de 2005, em Brasília, seria promovida a II Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e à vida. *Encaminhamentos gerais* – Temas indicados para a próxima reunião do CNPIR, com data a ser definida: **Resolução sobre a questão palestina, aprovada na I CONAPIR e proposta de criação**

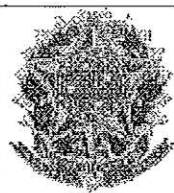


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

528 de comissão para zelar pelo cumprimento da mesma; Conferência das Américas; e Projeto
529 Controle Social e Promoção da Igualdade Racial - Experiência e perspectivas do Conselho
530 Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR 2003/2005. ENCERRAMENTO – Nada mais
531 havendo a tratar, a Secretária-Executiva do CNPIR, Oraidia Maria de Abreu, encerrou os trabalhos
532 da 8ª Reunião Ordinária do CNPIR.



011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Data: 08 e 09/09/2005

Local: Plenário Omilton Visconde do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios Bloco-G Anexo 1º Andar Sala 114-B

PAUTA

- 11:00h - Abertura
Ministra Matilde Ribeiro
- 11:05h - Avaliação /I CONAPIR
➤ Apresentação do quadro geral
Jorge Carneiro – Diretor de Programas
➤ Relatório Final da I CONAPIR (versão preliminar) Encaminhamentos pós-Conferência.
Ministra Matilde Ribeiro
- 13:00h - Almoço
- 14:30h - Continuação da Avaliação/I CONAPIR
➤ Debate
- 16:30h - Intervalo
- 16:45h - Apresentação do vídeo: Saúde da População Negra
Fernanda Lopes – PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL/DFID
- 18:00h- Encerramento



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Data: 09/09/2005

09: 00h-

- Apresentação do Plano de Ações Afirmativas p/Empregadas Domésticas
João Carlos Nogueira – Subsecretário de Ações Afirmativas

10:00h- Intervalo

10:15h- Informes: / SEPPIR

- II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente
Denise Pacheco – Gerente de Projetos - SUBAA
Eloa Kátia Coelho – GT de Juventude - SUBPLAN
- VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cristina Guimarães – SUBAA
- Conferência das Américas
Douglas Martins – Secretário Adjunto
- Controle Social –
Maraisa de Fátima Almeida / Consultora

13:00h- Almoço

14:30h-

- Proposta de Regimento Interno do CNPIR
Douglas Martins de Souza/ Secretário Adjunto
- Informes sobre o funcionamento da Ouvidoria - Luiz Fernando Silva/
Ouvidor
- Substituição de Conselheiros



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

INFORMES:

- Movimento pela Defensoria Pública
- Objetivos do Milênio
- Outros Informes

16:30h- Encaminhamentos Gerais

17:30h- Encerramento